



**FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E
GERENCIAIS ALVES FORTES**

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

**RELATÓRIO DE AUTO AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL**

ALÉM PARAÍBA

2015



Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerencias Alves Fortes

**RELATÓRIO DA CPA RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL**

CURSOS DE GRADUAÇÃO Campus Zamboni

Administração

Direito

Engenharia Civil com Ênfase em Meio Ambiente



Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerencias Alves Fortes

SUMÁRIO

MEMBRO(S) DA CPA CADASTRADO(S).....	4
APRESENTAÇÃO.....	5
1- INTRODUÇÃO	6
2 – OBJETIVOS:.....	7
OBJETIVO GERAL.....	7
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	8
4. O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	9
4.1 AÇÕES PRELIMINARES	9
5. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	11
6- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	12
ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO	12
COMUNICAÇÃO INTERNA/EXTERNA	14
CORPO DOCENTE	14
CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO:.....	15
RESPONSABILIDADE SOCIAL:	15
PROJETO PEDAGÓGICO	16
PROGRAMA DE ABERTURA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÕES	16
APOIO PEDAGÓGICO/POLÍTICA DE ATENDIMENTO	16
COMPANHAMENTO DE EGRESSOS	16
ATENDIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	17
CONTRIBUIÇÃO DOS CURSOS AO CORPO DISCENTE	17
7 - FRAGILIDADE E PONTOS QUE REQUEREM MELHORIA.....	18



Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerencias Alves Fortes

MEMBRO(S) DA CPA CADASTRADO(S)

Fabricio Amarante Rosa
Técnico - Administrativo
fab.amatrante@hotmail.com
32 34627034

Jose Henrique Pinto Da Silva
Discente
henriquesilva40@yahoo.com.br
32 34622149

Neidson Barros Goncalves
Vereador
baiao@openminds.com.br
32 3462 2140

Sebastião César Almeida Machado **Coordenador(a)**
Docente
scamachado@hotmail.com
32 - 34622057

RELATÓRIO DA CPA

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

PERÍODO DE MANDATO DA CPA: Dois anos a partir de 04 de agosto de 2013
ATA DE DESIGNAÇÃO DA CPA: Portaria n. 005/2013.



Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes

APRESENTAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes, mantida pela Fundação Educacional de Além Paraíba, sediada na Av. Augusto Perácio, nº50, São Luiz, nesta cidade, instituída por Resolução nº 01 de 18 de março de 2009, por seus membros, encerra o sétimo ciclo avaliativo, correspondente ao ano de 2015. A CPA foi instalada em cumprimento a Lei 10861 de 10 de abril de 2004 visando promover a auto avaliação institucional com a participação democrática de todos os segmentos estabelecidos na norma vigente, subsidiando o processo de aperfeiçoamento desta instituição de ensino superior, a orientação da expansão da sua oferta, a eficácia institucional, a efetividade acadêmica e social e, especialmente, o aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais. Neste diapasão, consolidou-se os resultados obtidos por meio de processo crítico reflexivo que nortearão os processos decisórios nos diversos âmbitos da gestão da Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes.

A Comissão Própria de Avaliação.



Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerencias Alves Fortes

1- INTRODUÇÃO

Trata-se do relatório obtido a partir dos resultados da auto avaliação institucional da Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes, realizada em 2015, em cumprimento à Lei 10.861 de 10 de abril de 2004, oportunizando a aprendizagem organizacional orientada pelos princípios, diretrizes e parâmetros de avaliação legal. Por ser um instrumento de gestão e de ações acadêmico administrativas houve análise das avaliações anteriores visando verificar o aperfeiçoamento das ações que norteiam o cumprimento da missão institucional da FACE ALFOR, e ao final, os problemas e deficiências institucionais foram registradas visando instituir as melhorias necessárias.



Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerencias Alves Fortes

2 – OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL

Atender a norma vigente que institui o SINAES, construindo institucionalmente a cultura da avaliação e o autoconhecimento, por meio de levantamento de dados, cenários e perspectivas que permitam o aperfeiçoamento das condições de ensino, dos processos administrativos e burocráticos e, ainda, de convivência institucional e de relacionamento com a comunidade em geral.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Realizar autoavaliação institucional visando;

1 – Construir e estimular a adoção de uma postura de autocrítica da comunidade acadêmica.

2 – Diagnosticar a inter-relação formal estabelecida no âmbito do ensino entre Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional, Projeto Pedagógico dos Cursos.

3 – Diagnosticar a inter-relação formal estabelecida no Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional e Projeto Pedagógico dos Cursos e as relações e compromissos assumidas.

4 – Estudar, e espelhar as práticas administrativas, seus processos e sua ação sobre o planejamento institucional.

5 – Responder as demandas relativas às dependências físicas da Instituição.

6 – Produzir conhecimentos e resultados que permitam apoiar a melhoria qualitativa e quantitativa do conjunto institucional.



Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerencias Alves Fortes

3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo informações colhidas na Secretaria Geral da FEAP, mantenedora da FACE ALFOR, não houve expansão de ofertas de vagas em 2015, em funcionamento os três cursos de graduação: Administração, Engenharia Civil com ênfase em Meio Ambiente e Direito, com 577 (quinhentos e setenta e sete) acadêmicos, 49 (quarenta e nove) professores, 08 (oito) servidores técnico-administrativos e 04 (quatro) serviços gerais. Houve sensível redução no número de alunos matriculados se comparado ao ano anterior, bem como, houve aumento do corpo docente, mantendo-se estável o número de funcionários técnico administrativo.

Assim, como nas avaliações anteriores, considerou-se essa população, propondo uma metodologia que permitisse a participação dos diferentes segmentos da comunidade universitária e a transparência no desenvolvimento das atividades e na coleta, tratamento, análise dos dados e utilização dos resultados. Sendo analisadas as 10 (dez) dimensões orientadoras inseridas na Lei 10.861/2004:

1. A missão e o plano de desenvolvimento institucional
2. A Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão
3. A responsabilidade social da instituição
4. A comunicação com a sociedade
5. As políticas de pessoal
6. Organização e gestão da instituição
7. Infraestrutura física
8. Planejamento e avaliação
9. Políticas de atendimento aos estudantes e egressos
10. Sustentabilidade financeira

As informações e análise desenvolvidas servirão de base para a construção do perfil institucional e, promover amplo processo de discussão e reflexão sobre as múltiplas facetas das atividades institucionais.



Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerencias Alves Fortes

4. O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Na Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes , o processo da auto avaliação institucional envolveu a realização de um conjunto de ações, com a participação dos diferentes sujeitos/segmentos que integram a comunidade universitária. Nas ações desenvolvidas, a CPA atuou como mobilizadora, catalisadora, executora e, sobretudo, como construtora deste documento final.

4.1 AÇÕES PRELIMINARES

Constituída a Comissão Própria de Avaliação, nos termos da Lei 10.816/2004, com um representante do corpo docente; um do corpo discente; um do corpo técnico administrativo e um representante da sociedade civil. Foram realizadas reuniões em que o projeto de auto avaliação institucional foi ratificado e implementada ações para o sétimo ciclo avaliativo.

4.1.1 – Instrumentos para a auto avaliação

De acordo com as dez dimensões do SINAES e deliberação da CPA, foi elaborado questionário para a avaliação institucional dirigido aos discentes, visando catalisar críticas e sugestões por parte de toda a comunidade acadêmica, a fim de conhecer os problemas e deficiências existentes.

4.1.2 – Aplicação da avaliação institucional

Para a realização desta etapa, foi disponibilizado o questionário, levantamento de dados e informações junto à Secretaria desta IES, bem como do ENADE e relatórios anteriores.

4.1.3 - Elaboração do Relatório Final

O relatório final elaborado teve por base toda a produção coletada pela CPA.

4.1.4 - Reuniões de Trabalho da CPA

A partir de agosto de 2015, a CPA se reuniu para: (1) discutir a questão da avaliação da educação superior; (2) elaborar o projeto de autoavaliação institucional, os planos de trabalho, os relatórios; (3) planejar ações; (4) decidir



Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerencias Alves Fortes

sobre estratégias de ações; (5) avaliar ações e redefinir diretrizes e executar todas as atividades que lhe foram atribuídas pela própria legislação.



Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerencias Alves Fortes

5. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Avaliaram-se a eficácia do planejamento da IES e os procedimentos utilizados na avaliação, especialmente em relação aos resultados e à eficácia da auto avaliação institucional.



Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerencias Alves Fortes

6- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

Não houve expansão quanto ao número de equipamentos no laboratório de informática (24 micros), considerando-se que também não houve aumento do número de matriculados em comparação ao ano de 2014. Sobreleva-se que o PDI não contemplou plano de atualização para o referido laboratório. Há acessibilidade física e digital com acesso à internet banda larga, com restrições de acesso para o aluno apenas em sala de aula, liberado na sua integralidade nos demais espaços acadêmicos. As instalações físicas, como sala de aula, laboratórios, biblioteca, atendem satisfatoriamente os objetivos. Não há vedação ou limitação quanto a utilização tanto do laboratório de informática e biblioteca.

Houve, em 2015, aquisição de acervo para a biblioteca, notadamente no que se refere ao curso de Administração, sendo que o número de exemplares disponíveis para este curso atende suficientemente a necessidade dos acadêmicos. Para o curso de Direito, destaca-se a renovação da assinatura de periódicos especializados com a editora Lex Magister que disponibiliza exemplares tanto física quanto eletronicamente, num total de dez títulos distintos, atendendo, destarte, a demanda do curso. Foram instalados na biblioteca dois micros para consulta e reserva do acervo, encontrando-se informatizada. Há uma bibliotecária responsável pelos trabalhos, bem como uma funcionária para atendimento aos discentes. O horário de funcionamento é de 14:00 às 22:00 horas. A infraestrutura física da biblioteca atende suficientemente a demanda acadêmica, no aspecto de dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação. Há espaço específico para estudo individualizado e em grupo. A exceção dos periódicos jurídicos não há acervo virtual disponível, ainda não implantado conforme ações previstas no PDI.

Das instalações administrativas pode-se destacar a existência de um espaço de atendimento aos discentes, docentes e público externo, com acessibilidade, consignando-se que numa análise sistêmica e global atende suficiente a demanda da unidade. Neste local, ficam depositados os registros acadêmicos, de forma



Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerencias Alves Fortes

organizada, cujo atendimento é realizado por dois funcionários técnico administrativos.

Todas as salas de aula são dotadas de projetores multimídia afixados no teto, atendendo, desta forma, plenamente as atividades acadêmicas, o que diz respeito a quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e segurança. Inexiste auditório na unidade, sendo o espaço a ele destinado utilizado para sala de aula, constando do PDI sua reestruturação prevista para 2016/2017.

A sala dos professores atende suficiente as necessidades institucionais no que concerne aos aspectos de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação, climatizada, dotada de um micro para pesquisa com internet.

Destaca-se que os laboratórios utilizados pelo curso de Engenharia Civil estão devidamente implantados no campus desta unidade e, o espaço destinado às práticas didáticas do curso de Direito (Núcleo de Prática Jurídica) é instalado em outro local num bairro mais central do município por ser mais acessível para os assistidos que são pessoas juridicamente hipossuficientes, ou seja, atendem de maneira excelente às necessidades institucionais.

O atendimento aos discentes é realizado em uma sala reservada ao Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), sendo responsáveis pelo atendimento individualizado uma psicóloga e uma pedagoga que trabalham de forma articulada. Não olvidando o trabalho desenvolvido por uma assistente social cuja atividade é voltada para atendimento das questões socioeconômicas visando a permanência do discente no ensino superior.

A CPA possui sala própria conjugada com o espaço do NDE (Núcleo Docente Estruturante).

Num aspecto geral as instalações sanitárias atendem suficientemente as necessidades institucionais, destacando-se a existência de sanitário adaptado para os portadores de mobilidade reduzida.



Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerencias Alves Fortes

Ainda sobre a infraestrutura física, a instituição consta com espaço de convivência e alimentação em local acessível, que atende suficientemente às necessidades acadêmicas.

COMUNICAÇÃO INTERNA/EXTERNA

A comunicação interna e externa efetiva-se por meio da home page e facebook da instituição, onde há publicação das atividades acadêmicas, inclusive para a comunidade externa, com informações completas, claras e atualizadas. O público interno, ainda conta com o mural onde são afixados avisos e editais, reforçado por meio do endereço eletrônico (e-mail) criado para cada turma. Ainda, conta-se com o serviço de ouvidoria, por meio eletrônico, onde a comunidade externa e interna registra suas reclamações e dúvidas que são dirimidas em tempo hábil por um funcionário da instituição.

CORPO DOCENTE

Inalterado o regulamento próprio para nortear a contratação de professores. Em 2015 houve contratação de novos profissionais para substituir docentes licenciados e que não pertencem mais aos quadros da fundação, sendo certo todos têm qualificação para o exercício da função, coadunado com experiência profissional na área em que atuam. Houve avaliação do corpo docente pelos discentes evidenciando que os mesmos discutem o plano de ensino com o estudante; que ministram aulas expositivas interativas e práticas; que os procedimentos de ensino adotados pela maioria dos professores são adequados aos objetivos do curso e, que os instrumentos de avaliação adotados predominante são provas escritas discursivas. Há disponibilidade da maioria dos professores do curso, na instituição, para orientação extraclasse.

As condições de trabalho do corpo docente seguem as diretrizes básicas delineadas pelo Sindicato da região e com plano de carreira disponível no site da FEAP.



Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerencias Alves Fortes

CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO:

Sem alteração no comparativo com o ano de 2014.

RESPONSABILIDADE SOCIAL:

A FACE ALFOR com a oferta dos três cursos de graduação tem contribuído para o desenvolvimento social da região, promovendo a inclusão da classe menos favorecida economicamente ao ensino superior. As mensalidades escolares são acessíveis, com programa de descontos e convênios com os municípios, perfazendo atualmente mais de dezena o que reduz ainda mais os custos mensais. O Núcleo de Prática Jurídica do curso de Direito desenvolve atividades práticas voltadas para o atendimento da população menos favorecida economicamente nas suas diversas demandas jurídicas. Está bem estruturado, funcionando em local de fácil acessibilidade, com dois professores orientadores, uma secretária e uma assistente (integrante do corpo técnico-administrativo da FACE ALFOR) e com os alunos matriculados nos sétimos e nono períodos. Como ação afirmativa o Núcleo de Prática Jurídica tem participado de encontros itinerantes, se deslocando às comunidades hipossuficientes, mais distanciadas do Poder Público, com o objetivo de não só levar informações da área jurídica, mas especialmente contribuir para o combate da violência doméstica, com palestras e atividades afins.

Destaca-se, ainda, o projeto de enfrentamento de violência escolar que teve início de suas atividades em novembro de 2013, parceria desta instituição com a Escola Estadual Dr. Alfredo Castelo Branco, premiado com Menção Honrosa na categoria Ensino Superior pelo Conselho Nacional de Justiça “Conciliar é Legal “ em 30 de junho de 2015.

Também, como responsabilidade social iniciou-se em 2015 o projeto de Remição pela Leitura que visa promover incentivo à leitura aos encarcerados na unidade prisional desta cidade. O projeto tem supedâneo na Lei 12.433/2011 que alterou os arts. 126 a 128 da Lei 7.210/84 incluindo a possibilidade de remição pelo estudo.



Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerencias Alves Fortes

O projeto pedagógico do curso de Direito desta IES contempla entre outros objetivos formar profissionais que participem efetivamente da reestruturação do sistema prisional e, nesta perspectiva que o projeto de fomento à leitura aos segregados da unidade prisional local contribui com a ressocialização do encarcerado.

PROJETO PEDAGÓGICO

Os projetos pedagógicos de todos os cursos são alinhados aos termos das Resoluções ns. 02 e 03/2007 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo havido atualização das bibliografias. Todos primam por atividades extracurriculares como forma de integralização da carga horária e apresentação de monografia. Consta da nova matriz curricular de todos os cursos como componente curricular opcional para o aluno, a disciplina Libras , estando, portanto, em consonância com a descrição do PDI e PPI.

PROGRAMA DE ABERTURA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÕES

Foram ofertados cursos de pós graduação em Direito e Gestão Socioambiental - Marketing e Recursos Humanos. Em 2015 foram realizados cursos na modalidade de extensão, minicursos, palestras nas diversas áreas do saber e, em maio de 2015 realizou-se o XIX Simpósio Interdisciplinar da FACE ALFOR, com diversas palestras voltadas para os três cursos de graduação. Em igual período foram efetivadas visitas orientadas para atendimento de demandas específicas de cada curso.

APOIO PEDAGÓGICO/POLÍTICA DE ATENDIMENTO

O apoio pedagógico ao docente e discente é realizado pelos coordenadores de cada curso, não havendo limitações ou vedações ao atendimento, pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP , assistente social e Ouvidoria. Aos discentes, registra-se a expansão no programa de bolsas de estudo concedidas aos hipossuficientes.

COMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento de egressos funciona por meio eletrônico no portal da FEAP, atendendo plenamente as demandas dos cursos.



Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerencias Alves Fortes

ATENDIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

O atendimento aos portadores de mobilidade reduzida está plenamente implantado, podendo se destacar a existência de rampa de acesso à entrada principal, sanitário com as especificações ao portador de deficiência física, elevador para acesso ao 1º andar do prédio e, vaga exclusiva para veículos.

CONTRIBUIÇÃO DOS CURSOS AO CORPO DISCENTE

Do relatório do ENADE a maioria dos alunos que responderam a pesquisa, entende que o currículo dos cursos é integrado e há vinculação entre as disciplinas; sendo a aquisição de formação profissional a principal contribuição; o curso contribui amplamente com atuação ética, com responsabilidade social para a construção de uma sociedade incluyente, bem como, para a organização, expressão e comunicação do pensamento. Também, contribui amplamente para o raciocínio lógico, análise crítica, compreensão de processos, tomada de decisão, resolução de problemas no âmbito de sua área de atuação, atuação profissional responsável em relação ao meio ambiente, utilização de procedimentos de metodologia científica e de conhecimentos tecnológicos para a prática da profissão.



Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerencias Alves Fortes

7 - FRAGILIDADE E PONTOS QUE REQUEREM MELHORIA

A busca permanente pela sólida construção teórico-prática para a formação de profissionais em condições de atuarem no seu futuro fazer, com proficiência, visão ética e humanística, mister a identificação das causas dos problemas e deficiências, objetivando o saneamento para potencializar as competências da Instituição. Com a implementação dos procedimentos de coleta e análise de informações restou evidenciadas algumas fragilidades na instituição que merecem ser sanadas: necessidade de atualização do acervo bibliográfico do curso de Direito; modernização do laboratório de informática; implementação de projetos para estímulo às atividades de pesquisa, com vistas à melhoria da qualidade do ensino e do desenvolvimento regional, bem como, criar condições para a implantação de novos cursos de pós-graduação. Essas são as considerações para que as metas, princípios e objetivos institucionais presentes no PPI e PDI sejam cumpridas de forma sistemática e, contribua sobremaneira para o crescimento da instituição. Além Paraíba, 29 de março de 2016.